

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª - Objeto

O objeto de contrato consiste no **Fornecimento e instalação de redes Wifi do projeto WIFI4EU**, no âmbito da “Convenção de subvenção no quadro do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) - WiFi4EU” celebrada entre a Agência de Execução para a Inovação e as Redes - INEA, ao abrigo dos poderes delegados pela Comissão Europeia, e o Município de Amarante, de acordo com as especificações técnicas descritas na parte II Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª – Contrato

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo como disposto no artigo 99.º, do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª – Prazo, fornecimento e instalação dos bens

- 1 – O fornecimento e instalação dos bens deverão respeitar o disposto no presente Caderno de Encargos, produz efeitos após a assinatura do contrato e mantêm-se em vigor pelo prazo máximo de 60 dias.
 - a) Os bens deverão ser entregues e instalados no prazo máximo de 60 dias, contados da celebração do contrato escrito;
 - b) Os bens devem ser fornecidos e instalados de acordo com as especificações técnicas constantes da parte II do presente Caderno de Encargos,

- c) Para efeitos de validação técnica da solução a instalar, o adjudicatário obriga-se a apresentar relatório de instalação no prazo de 60 dias contados da data da outorga do contrato escrito.

Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta

A proposta deve mencionar expressamente que ao preço indicado acresce IVA à taxa legal em vigor e fazer-se acompanhar da declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1 – O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na aquisição de bens, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e documentação que sejam comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo adjudicatário ou o que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 – O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 6.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.ª - Preço base

O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos fornecimentos no presente procedimento é de **14.227,64 € (catorze mil, duzentos e vinte e sete euros e sessenta e quatro cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8.ª - Preço contratual

- 1 – Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, seguros, encargos e despesas de transporte até às instalações do Município.

Cláusula 9.ª - Condições de pagamento

1 – Tendo em consideração que o presente procedimento resulta da aprovação da candidatura do município de Amarante à iniciativa realizada pela INEA, sob a designação WiFi4EU, o pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Até 15.000 Euros (c/IVA) através de “vale”, a obter pelo fornecedor, no prazo de 60 dias após verificados os seguintes pressupostos:
 - I. Ter-se inscrito no portal WiFi4EU.
 - II. Ter sido designado pelo Município de Amarante como fornecedor no portal.
 - III. Ter fornecido os seus dados bancários, confirmados pela Comissão, no portal WiFi4EU.
 - IV. Ter apresentado um relatório de instalação (nos termos do artigo 4.º da convenção de subvenção), que será posteriormente aprovado pelo município e pela Comissão no portal WiFi4EU.
- b) O valor remanescente será pago pelo Município de Amarante, no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas.

2 - Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação

3 - O adjudicatário deve faturar diretamente ao município;

4 - Em caso de discordância por parte do Município de Amarante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 10.ª – Obrigações principais do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta e parte II Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.
- b. Obrigação de garantia dos bens;

2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 11.ª - Caução

Não é exigível a prestação de caução

Cláusula 12.ª - Penalidades Contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária a 20% do preço contratual.
- b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- c) A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- d) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª - Atraso nos pagamentos

- 1 - Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.
- 2 - A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula 9.ª e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 desta mesma cláusula.

Cláusula 14.ª - Incumprimento do contrato

- 1 - No caso do adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á dentro do prazo de 5 dias para efeitos de audiência prévia.
- 2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato em fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artº 333º do CCP.

Cláusula 15.ª - Obrigação da manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Cláusula 16.ª - Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios

internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 18.ª - Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

Cláusula 19.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª - Cessão de posição contratual e subcontratação

Não há lugar a cessão da posição contratual e não é permitida a possibilidade de subcontratação.

Cláusula 21.ª - Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código de Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.^a - Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.^a - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

PARTE II – Cláusulas Técnicas

PONTOS DE ACESSO A FORNECER

Local	Nº de Pontos de acesso Wi-Fi
Biblioteca (2 APs indoor e 1 AP outdoor)	3
Imediações do Largo da Feira de Vila Meã (3 APs outdoor)	3
Estádio Vila Meã (1 AP outdoor)	1
Piscinas de Vila Meã (1 AP indoor e 1 AP outdoor)	2
Casa da Juventude (2 APs indoor)	2
ETA (1 AP outdoor)	1

Item	Descrição	Qtd
1		
1.1	Huawei AP Resource License for Access Controller AC6605, Lic. 16 AP	1

2	Biblioteca	
2.1	Access Point indoor AP4050 802.11ac wave2 MIMO 2,4/5GHz Int. Ant	2
2.2	Access Point outdoor AP8050 802.11ac wave2 MIMO 2x2 2,4/5GHz Int. Ant	1
2.3	Painel RJ45 24p CAT6 UTP LCS	1
2.4	Painel organizador de cabos 19" 1U	1
2.5	Cabo FTP Outdoor (c/ conetores)	60
2.6	Cabo 4 pares UTP CAT6 LSOH (c/ conetores)	50

3	Extrenato	
3.1	Access Point outdoor AP8050 802.11ac wave2 MIMO 2x2 2,4/5GHz Int. Ant	3
3.2	Rádio 5GHz	3
3.3	Power Injector Gb 802.03at	1
3.4	Redutor PoE	2
3.5	Cabo FTP Outdoor (inclui conetores)	60
3.6	Surge protector	3

4	Estádio	
4.1	Armário de Comunicações outdoor IP67 (inclui platin e acessórios de fixação)	1
4.2	Access Point outdoor AP8050 802.11ac wave2 MIMO 2x2 2,4/5GHz Int. Ant	1
4.3	Rádio 5GHz	4
4.4	Power Injector Gb 802.03at	1
4.5	Redutor PoE	3
4.6	Cabo FTP Outdoor (inclui conetores)	50
4.7	Caixas outdoor IP66 (inclui platin e acessórios de fixação)	1
4.8	Switch L2, 8 Ethernet 10/100/1000 PoE+ ports, 2 Gig SFP and 2 dual-purpose 10/100/1000 or SFP, 124W PoE AC 110/220V	1
4.9	Descarregador Tensão	2
4.10	UPS 750VA	1
5	Piscina	
5.1	Access Point indoor AP4050 802.11ac wave2 MIMO 2,4/5GHz Int. Ant	1
5.2	Access Point outdoor AP8050 802.11ac wave2 MIMO 2x2 2,4/5GHz Int. Ant	1
5.3	Rádio 5GHz	1
5.4	Power Injector Gb 802.03at	2
5.5	Redutor PoE	0
5.6	Cabo 4 pares UTP CAT6 LSOH (inclui conetores)	20
6	Casa Da Juventude	
6.1	Access Point indoor AP4050 802.11ac wave2 MIMO 2,4/5GHz Int. Ant	2
6.2	Power Injector Gb 802.03at	2
7	Serviços Técnicos	
7.1	Rádio 5GHz	1
7.2	Mastro até 2m	1
7.3	Castelo (ferragem)	2
7.4	Cabo FTP Outdoor (inclui conetores)	50
8	ETA	
8.1	Access Point outdoor AP8050 802.11ac wave2 MIMO 2x2 2,4/5GHz Int. Ant	1
8.2	Rádio 5GHz	1
8.3	Mastro até 2m	1
8.4	Castelo (ferragem)	2
8.5	Cabo FTP Outdoor (inclui conetores)	50

Assinado com Assinatura Digital Qualificada
por: JOSÉ LUÍS GASPARGES JORGE
Município de Amarante
Presidente da Câmara Municipal
De acordo e para efeitos do disposto no Art.
34º e 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro
Data: 23-07-2020 17:23:15

